

RESULTADOS INQUÉRITO

ÀS CONDIÇÕES DE PRECARIIDADE
DOS DOCENTES CONVIDADOS
NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO



Enquadramento e caracterização da amostra

Inquérito a docentes convidados no Ensino Superior Público Português
Dirigido aos sócios dos sindicatos da FENPROF, tendo sido feito um esforço de universalização das respostas.

334 inquiridos 327 respostas validadas

Foco nas condições de precariedade dos docentes convidados
Análise de vínculos, carga letiva, rendimentos, progressão e direitos laborais

327
respostas
validadas

A designação do inquérito direcionou as respostas maioritariamente para docentes em contrato a termo certo, com vínculo instável e não definitivo, refletindo a população-alvo: os professores convidados em situação de precariedade.



Qual a relevância deste estudo agora?

O inquérito surge num momento de discussão sobre carreiras, vínculos e funcionamento das IES.

Questão de fundo

Estamos perante contratos precários que cobrem necessidades de trabalho permanente?

- ➔ **Há aumento do recurso a docentes convidados nas instituições de ensino superior.**
- ➔ **A figura legal de “professor convidado” deveria responder a necessidades temporárias ou especializadas.**
- ➔ **Os dados mostram permanência prolongada, cargas letivas regulares e bloqueio na integração em carreira.**
- ➔ **O problema afeta docentes, instituições, estudantes e a qualidade do ensino superior público.**

Quem são estes docentes?

40-55

anos: forte concentração etária

>40%

com mais de 10 anos de experiência

84,4%

dos inquiridos exercem funções em regime parcial

59%

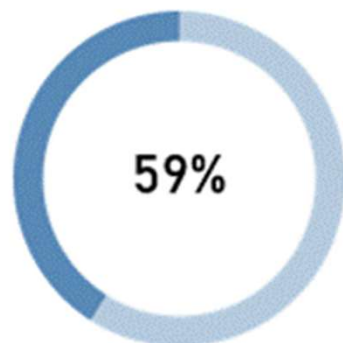
têm doutoramento

>10%

com mais de 20 anos de experiência

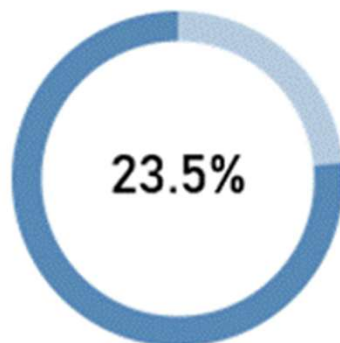
O corpo profissional inquirido encontra-se maioritariamente em fases intermédias e avançadas da carreira. Este dado é crucial porque revela que a precariedade não afeta apenas docentes em início de carreira, mas profissionais com maturidade profissional consolidada.

Habilitações



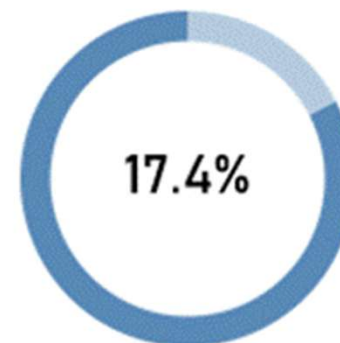
Doutorados

A maioria dos inquiridos possui o mais alto grau académico



Mestres

Profissionais com qualificação avançada



Licenciados

Formação superior de base

A concentração de **59% de doutorados** entre os inquiridos é particularmente relevante. Contradiz frontalmente a expectativa de que níveis elevados de qualificação académica assegurem estabilidade laboral. O facto de profissionais com o mais alto grau académico permanecerem em situação de precariedade durante anos evidencia uma disfunção estrutural no sistema de carreira docente do ensino superior português.

Aspirações vs. Realidade: O Desejo de Dedicção Integral

A discrepância entre vínculo formal e aspiração profissional

75%

Gostaria de ser professor a tempo integral

62%

Tem outra atividade remunerada

39%

Procura ativamente outro emprego

19%

não desejam tempo integral

A taxa de 39% à procura de alternativas profissionais é extremamente elevada e revela insatisfação estrutural com as condições de trabalho no ensino superior. Representa uma perda potencial significativa de capital humano qualificado e experiente, com consequências graves para a qualidade do ensino.

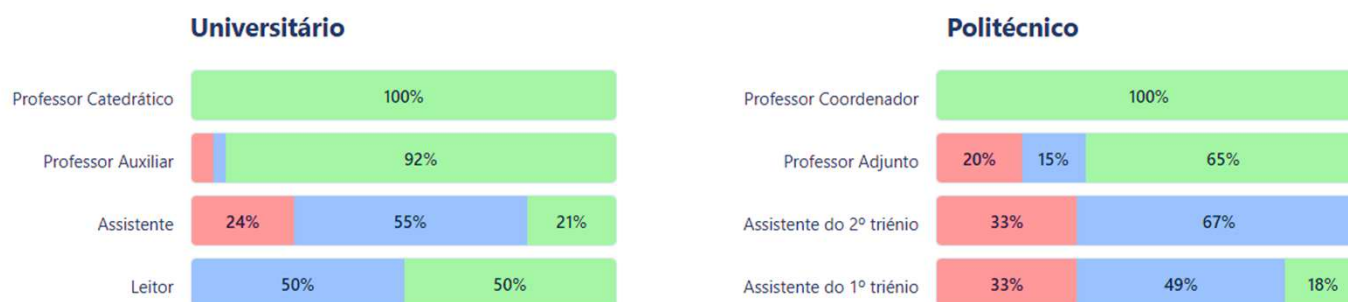
Paradoxo da qualificação

O doutoramento não se traduz automaticamente em vínculo estável nem em progressão.

Categoria Profissional × Habilitação

Distribuição percentual por nível de qualificação académica

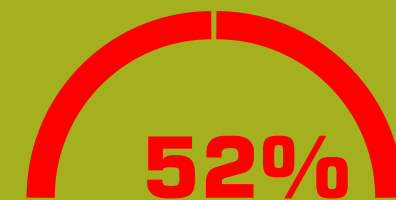
■ Licenciatura ■ Mestrado ■ Doutoramento



Estas percentagens evidenciam uma falta de correlação estrutural entre habilitação académica e categoria profissional. Profissionais com doutoramento — o mais alto grau académico — permanecem durante longos períodos em posições concebidas para fases iniciais da carreira ou para funções de menor complexidade.

Esta realidade torna-se ainda mais paradoxal quando consideramos que o doutoramento é requisito formal para progressão na carreira académica, mas não garante sequer um vínculo estável.

O contrato não acompanha o trabalho real



Mais de metade dos inquiridos reconhece trabalhar acima dos limites fixados nos estatutos de carreira

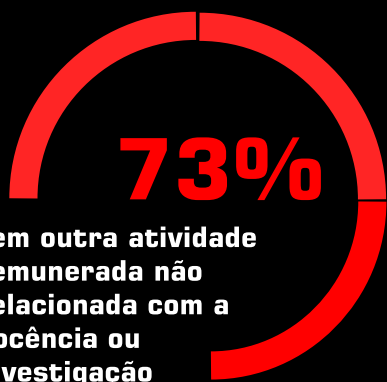


Dois subsistemas, o mesmo padrão

- Sobrecarga não reconhecida contratualmente
- Acumulação de funções sem compensação
- Pressão acrescida sobre vínculos precários

Pluriatividade e Insuficiência Remuneratória

O vínculo precário tem consequências materiais



A pluriatividade não é uma escolha, mas uma necessidade económica face à insuficiência dos rendimentos provenientes da docência.

Muitos docentes têm outra atividade porque o vínculo docente não lhes garante estabilidade.

Principais razões apontadas:

- Precariedade contratual
- Falta de estabilidade
- Rendimentos
- Desgaste e falta de reconhecimento

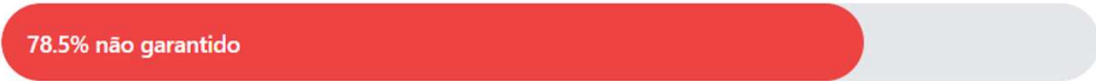


Direitos laborais: sinais de incumprimento

O problema não é apenas contratual: é também remuneratório e jurídico.

Compensação por caducidade do contrato **78.5%**

78.5% não garantido



Subsídio de refeição **44%**

44% não garantido



Gozo de férias dentro da vigência do contrato **32.7%**

32.7% não garantido



Estes dados apontam para práticas que colocam em causa o cumprimento da legislação laboral aplicável.

Conclusões

A precariedade é estrutural, não acidental

Afeta profissionais altamente qualificados (59% são doutorados), em fases intermédias e avançadas da carreira (concentração 35-55 anos), durante longos períodos (mais de 40% com >10 anos de experiência).

A sobrecarga de trabalho é sistemática

Mais de 30% no Universitário e mais de 12% no Politécnico excedem os limites regulamentares de horas letivas.

A figura do "professor convidado" está desvirtuada

Contratos que deveriam ser excecionais e temporários são utilizados para satisfazer necessidades permanentes de ensino durante anos ou décadas.

Os rendimentos são manifestamente insuficientes

50% recebem até €1.000/mês, forçando a pluriatividade (73,5% têm atividades fora da docência/investigação).

Existe bloqueio estrutural na progressão

50% dos Leitores e 39% dos Assistentes são doutorados; 18% dos doutorados estão há mais de 5 anos na mesma categoria; mais de 54% dos doutorados não têm acesso a concursos há mais de 2 anos ou nunca tiveram.

Há violação sistemática de direitos laborais

78,5% sem compensação por caducidade, 44% sem subsídio de refeição, 32,7% sem férias dentro da vigência do contrato.

Consequências para o sistema

A precariedade não fica confinada ao contrato individual.

Este padrão contradiz os princípios básicos de gestão de carreiras e desenvolvimento profissional, criando:

1. **Desmotivação estrutural:** sem perspetivas de carreira
2. **Injustiça profissional:** trabalho equivalente, reconhecimento desigual
3. **Desinteresse:** profissionais qualificados procuram alternativas
4. **Degradação da qualidade:** sem incentivos para melhoria contínua

Estudantes

menor disponibilidade, rotatividade e redução da continuidade pedagógica.

Instituições

perda de corpo docente qualificado, instabilidade e dificuldade em projetos de longo prazo.

Docentes

instabilidade económica, jurídica e profissional; impossibilidade de planear vida; desgaste e frustração.

País

desvalorização do ensino superior e desperdício de investimento público em formação avançada.

Precarizar quem ensina é fragilizar o próprio ensino superior público.

O que é preciso fazer — medidas imediatas

Cinco medidas para responder à situação identificada.

Auditoria nacional

Identificar quantos docentes convidados asseguram necessidades permanentes há mais de 3 anos.

Conversão de vínculos

Criar mecanismo legal para estabilidade quando há carga letiva recorrente durante 3 anos.

Direitos laborais

Garantir férias, subsídio de refeição e compensações por caducidade.

Moratória de precariedade

Suspender novos contratos a termo para necessidades permanentes identificadas.

Fiscalização de horários

Impedir excesso de carga letiva sem compensação e reconhecimento contratual.



Reformas estruturais

A resposta não pode limitar-se a regularizar casos: tem de mudar o modelo.

Concursos públicos

Prazos máximos para abertura de concursos em áreas com necessidades permanentes.

Revisão dos estatutos

Impedir o uso sistemático da figura de convidado para necessidades permanentes.

Monitorização pública

Criar um observatório nacional da precariedade no ensino superior, com relatórios anuais.

Abertura de concursos Conversão de vínculos Cumprimento de direitos laborais

A dignificação da carreira docente é condição de qualidade académica, estabilidade institucional e respeito pelo trabalho altamente qualificado que sustenta o sistema público de ensino superior.

Não há ensino superior público de qualidade assente em precariedade permanente.

